



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Ariquemes (RO) e o arq. Antonio Carpintero: projeto e projetista de uma cidade nova em franjas de colonização¹

Leonardo Nóbrega Queiroz de Paiva

Graduando, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Ricardo Trevisan

Doutor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. O objetivo desse estudo é a construção de uma narrativa sobre a cidade nova de Ariquemes - RO, a atuação do arquiteto Antonio Carlos Carpintero e a intervenção antrópica na paisagem através da urbanização. Para isso, tem-se início com um resgate historiográfico das políticas e práticas governamentais que influenciaram diretamente na construção de cidades novas de colonização agrícola durante a década de 1970 em Rondônia. Em seguida, passa-se ao desenvolvimento da narrativa tomando como referência os atributos propostos por Ricardo Trevisan (2020) como inerentes à tipologia urbanística das cidades novas e tendo como principal fonte os relatos de Carpintero, coletados em uma entrevista realizada em 2022. Por fim, há uma discussão sobre a paisagem construída nesse núcleo urbano em que se tenta evidenciar a participação do profissional como essencial à construção visual e espacial da vida urbana.

Palavras-chave. Ariquemes; cidade nova; paisagem; colonização; urbanismo

Ariquemes (RO) and the architect Antonio Carpintero: project and designer of a new town in colonization borders

Abstract. The goal of this study is the construction of a narrative about the new town of Ariquemes - RO, the work of the architect Antonio Carlos Carpintero and the anthropic intervention in the landscape through urbanization. For this, it begins with a historiographical rescue of Brazilian government policies and practices that directly influenced the construction of new towns of agricultural colonization during the 70's at Rondônia State. It's followed by the development of the narrative using the theory proposed by Ricardo Trevisan (2020), in which the characteristics inherent to the urban typology of new towns are recognized. For this, the main source are the reports of Carpintero, collected in an interview carried out in 2022. Finally, there is a discussion about the landscape built in this urban centers in which we try to highlight the participation of the professional as essential to the visual and spatial construction of urban life.

Keywords: Ariquemes, new town, landscape, colonization, urbanism.

¹ Essa pesquisa é vinculada ao projeto de pesquisa "Políticas, Infraestruturas e Cidades Novas: da Operação Amazônia aos Programas Especiais do II PND no centro-norte brasileiro (1966-1979)" e contou com auxílio financeiro do CNPq.

Ariquemes (RO) y el arquitecto Antonio Carpintero: proyecto y proyectista de una nueva ciudad en la frontera de la colonización

Resumen. *El objetivo de este estudio es la construcción de una narrativa sobre la nueva ciudad de Ariquemes, la obra del arquitecto Antonio Carlos Carpintero y la intervención antrópica en el paisaje a través de la urbanización. Para esto, se inicia con un rescate historiográfico de las políticas y prácticas gubernamentales que influyeron directamente en la construcción de nuevas ciudades de colonización agrícola durante la década de los 70. A continuación, pasamos al desarrollo de la narrativa, tomando como referencia los atributos propuestos por Ricardo Trevisan (2020) como inherentes a la tipología urbana de las nuevas ciudades y teniendo como fuente principal los informes de Carpintero, recogidos en una entrevista presencial realizada en 2022. Finalmente, se realiza una discusión sobre el paisaje construido en este núcleo urbano en el que se muestra la participación del profesional como fundamental para la construcción visual y espacial de la vida urbana.*

Palabras clave: Ariquemes; ciudad nueva; paisaje; colonización; urbanismo.

Introdução

O processo de construção de uma cidade nova é uma decisão que tem impactos variados no espaço. Em muitos casos, são substituídos os elementos que compõem uma paisagem prévia e ainda não explorada por objetos essencialmente urbanos, diversos a tudo que lá havia. Essa é uma atitude que demanda esforços de diversos atores sociais e grandes investimentos, sendo, em seus momentos iniciais, uma tentativa de compreender as demandas do presente e apresentar uma resposta na forma de meio urbano. Assim, ao estudar as cidades novas, estuda-se também a cultura e a história social, entendendo a sociedade tanto enquanto grupo prévio que levou a construção da urbe, como também enquanto conglomerado formado a partir da existência da própria cidade.

Em “Cidades Novas”, Ricardo Trevisan (2020) discute as características inerentes a essa tipologia urbanística, buscando a construção de uma teoria essencialmente brasileira, favorável aos estudos da História do Urbanismo no Brasil por meio da compreensão teórica desses núcleos urbanos intencionalmente criados. Nesse sentido, ele elenca seis atributos presentes nas cidades novas e que permitem a delimitação do tipo. O primeiro é a função, pois essas cidades surgem com a intenção de responder a alguma problemática ou de atingir determinada potencialidade através da construção do meio urbano. Essa vocação funcional permite uma categorização dos núcleos em diferentes grupos, como as cidades administrativas, de colonização agrícola, militares etc. O segundo atributo é a presença de um empreendedor, cuja natureza pode ser tanto pública ou privada e que se dispõe a dedicar esforços financeiros e laborais à construção da cidade. O terceiro atributo é o sítio, pois a construção das cidades novas tem como ponto de partida a decisão do lugar enquanto escolha consciente, normalmente relacionada às possíveis funções do núcleo urbano, seja por proximidade a indústrias, a produção de commodities ou às fronteiras nacionais, ou pelas características do meio físico, como a presença de água ou a conformação topográfica. O quarto atributo é a presença de um profissional qualificado responsável pelas decisões sobre a forma do meio urbano, que pode tanto ser arquiteto e urbanista, quanto engenheiro, agrimensor, ou diversas outras profissões que assumem o desafio de dar forma a uma cidade. O quinto atributo é a presença de um projeto, ou seja, de diretrizes produzidas pelo profissional que permita a construção da cidade através de ordens abstratas, usualmente por meio de desenhos técnicos. Por fim, como sexto e último atributo, a cidade nova vincula-se a um tempo de razoável delimitação.

São diversas as possibilidades de narrativas a serem construídas tomando os núcleos urbanos projetados como foco. No Brasil Republicano, essa tipologia urbanística foi recorrente e levou à construção de algumas das cidades brasileiras mais importantes, como Brasília, Goiânia e Belo Horizonte. No entanto, existem inúmeras possibilidades investigativas entre as cidades de menor porte. Entre estes exemplos, pode ser citada Ariquemes, terceiro maior núcleo populacional do estado de Rondônia, com cerca de 111 mil habitantes em 2022 pelas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ela é, em essência, uma cidade nova, pois é um núcleo de colonização agrícola encomendado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), implantado às margens do Rio Jamari e nas proximidades de um pequeno vilarejo pré-existente. Sendo uma cidade projetada pelo arquiteto e urbanista Antonio Carlos Cabral Carpintero, cujas instruções iniciais deram forma ao que foi construído, e inaugurada em 1977, menos de dois anos após o início da sua construção (1975).

Carpintero é um arquiteto que tem a trajetória profissional marcada pela atuação profissional, política e teórica. Durante a década de 1970, logo após a formatura na Universidade de Brasília (UnB), começou a atuar em Rondônia em parceria com o governo do território e com a prefeitura de Porto Velho, capital, inclusive tornando-se prefeito entre os anos de 1975 e 1976. Em 1998 recebeu o título de doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) com a tese “Brasília – prática e teoria urbanística no Brasil: 1956-1998”, na qual alia os estudos da cidade ao pensamento político, sendo, inclusive, a sua marca na docência na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), onde lecionou a partir de 1988 até se aposentar em 2015.

A presença do profissional na construção de uma cidade nova é algo que tem influência direta na maneira como a paisagem vai ser construída. De acordo com a filósofa Anne Cauquelin (2007, p. 16), paisagem é “um conjunto de elementos ordenados numa visão”, e no momento de projeto de uma cidade, há uma substituição de valores e um rearranjo de elementos a serem apreendidos e interpretados pelos observadores. Nesse sentido, a atuação do profissional ganha relevância ao passo de que é ele quem decide a posição de cada objeto e traça as possíveis relações estabelecidas entre eles. E a construção dessa paisagem se dá de uma maneira muito mais abrangente do que a mera distribuição de redes infraestruturais e lotes sobre o território, mas se trata também de uma projeção das vivências, das cenas urbanas e de diversas relações que serão estabelecidas entre o meio e aqueles que o ocupam. Encontramos na paisagem, portanto, uma possibilidade ampla de reflexão tanto sobre as cidades quanto sobre a participação dos profissionais.

O objetivo desse estudo é, portanto, a construção de uma narrativa que assume a história de Ariquemes, a presença do profissional Antonio Carpintero e a intervenção antrópica na paisagem como principais temáticas. Para alcançar essa proposta, inicia-se com uma contextualização das políticas e práticas propostas pelo governo na década de 1970 e que influenciaram diretamente na construção de Ariquemes enquanto cidade de colonização agrícola. Em seguida, parte-se para uma discussão sobre a história de Ariquemes segundo os atributos das cidades novas propostos por Trevisan, onde se alia informações coletadas em fontes secundárias e o discurso do próprio profissional, entrevistado em 13 de abril de 2022. Por fim, abre-se espaço para uma breve reflexão sobre a

construção desse núcleo urbano como uma intervenção antrópica de grande escala na paisagem da Amazônia.

1. Colonização: política e prática

O processo de colonização agrícola denota uma prática de repercussões políticas, sociais e econômicas de grande impacto. A ação pode ser definida como “um processo social complexo, de dupla dimensão – espacial e temporal – que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais” (TAVARES DOS SANTOS, 1989, p. 103). Para a colonização ser colocada em prática, é necessária a movimentação de diversos agentes, sejam públicos ou privados, que permitam a ocupação de um território ainda inabitado. No Brasil da década de 1970, os esforços de ocupação do estado de Rondônia foram marcados pela ação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com apoio financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Como consequência, deu-se início à construção de diversos núcleos municipais interligados por rodovias, sendo essa a gênese de um sistema regional interurbano relevante nos dias atuais.

Apesar da ocupação territorial brasileira ter tido a predominância de uma ocupação extensiva da terra através da agricultura, a maior parte dos assentamentos construídos pela colonização portuguesa se manteve às proximidades da costa e reflexos aparentes dessa política ocupacional se estendem mesmo hoje em dia. Durante o século 20, partes dos esforços de diversas equipes governamentais, mesmo que seguindo ideais políticos diferentes, partiu da ideia de consolidar uma rede urbana que integrasse as outras áreas do território brasileiro aos núcleos já estabelecidos, e foi nesse sentido que houve, por exemplo, a política da “Marcha para o Oeste” no Estado Novo (1937-45) de Getúlio Vargas, a construção de Brasília (1960) no governo de Juscelino Kubitschek, e a fundação de diversas cidades na Amazônia durante o período de Ditadura Militar (1964-85). Tais esforços refletem também tanto um interesse pela dinamização econômica das áreas centrais e oestes do Brasil quanto uma busca por consolidar as fronteiras nacionais.

Entre as políticas governamentais na década de 1970 que visavam a integração de outras regiões à dinâmica econômica e desenvolvimentista, esteve a criação da Subcomissão de Desenvolvimento Regional, promotora do Programa de Integração Nacional e coordenadora das Superintendências de Desenvolvimento Regionais, entre elas a Sudeco, com objetivo de conseguir uma efetiva ocupação do território e o desenvolvimento urbano dos estados de Mato Grosso, Goiás e do território de Rondônia². Também é importante citar a organização dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) com o I PND, vigente de 1972 a 1974, e com um sentido eminentemente prático, enquanto o II PND, válido de 1974 a 1979, foi marcado pela reformulação na concepção e no processo de planejamento urbano através da definição de uma política urbana a nível nacional, em detrimento do planejamento a nível local. Dessa forma “a estratégia de desenvolvimento proposta pela ditadura do regime militar buscava

² O Território de Rondônia, inicialmente Guaporé, tornou-se Território Federal em 1943 com capital em Porto Velho ocupando áreas que anteriormente pertenciam aos estados do Amazonas e do Mato Grosso. Inicialmente era parte da região Centro-Oeste mas em 1945 passou a integrar o Norte do país, no entanto, após o estabelecimento das Superintendências Regionais, ficou sob a jurisdição da Sudeco.

realizar o potencial de crescimento do país expandindo a fronteira econômica para tirar partido da dimensão continental” (REGO, 2015, p. 90).

Enquanto estava sendo elaborado o I PND, o Decreto-lei 1.110 de nove de julho de 1970 estabeleceu a criação do Incra, um importante agente na distribuição de terras e na consolidação de novas cidades nas regiões ainda não ocupadas do território brasileiro. Entre os programas do Incra para a distribuição de terras estavam os Projetos de Assentamento Dirigido (PADs), um sistema no qual o órgão “se responsabiliza pela organização, infraestrutura e também assentamento dos beneficiários, que precisam possuir conhecimento agrícola e dispor de recursos financeiros para investimento” (MORAES, 2009, p. 60). Parte do Território de Rondônia foi ocupada por meio de PADs, a exemplo da região que hoje compreende o município de Ariquemes, na qual foram implementados os projetos Burareiro e Marechal Dutra. Como informa Manuela Cordeiro (2018, p. 126):

O PAD Burareiro distribuía lotes de 250 hectares às famílias selecionadas, que deveriam possuir comprovação financeira e de experiência agrícola, enquanto o PAD Marechal Dutra distribuía apenas lotes de 100 hectares, não exigindo a mesma comprovação financeira, apenas aquela que garantia o conhecimento sobre a atividade agrícola. As terras do PAD Burareiro eram destinadas principalmente ao plantio de cacau, enquanto nas do PAD Marechal Dutra cultivava-se majoritariamente o café, de acordo com a política de incentivos do governo federal.

Assim como em outros casos pelo Norte do país, a atuação do Incra levou a uma ocupação rápida de terras por colonos originários de diversas regiões do Brasil. Esse contingente populacional recém-chegado levou à necessidade de novos assentamentos urbanos, apropriados para a quantidade de pessoas que estavam se instalando na região.

Dessa maneira, Ariquemes, ou, à época, a Nova Ariquemes, foi construída, levando à uma ruptura brusca das dinâmicas existentes na região. Onde predominava uma paisagem natural em diálogo com pequenos vilarejos e ocupações rurais, foi construído um meio urbano que hoje em dia, apenas quatro décadas depois, moram mais de 100.000 pessoas. Um núcleo que se liga a outras cidades por meio da BR-364, cuja construção também foi um empreendimento do Estado visando a expansão da fronteira agrícola e econômica sobre a Amazônia Legal (FIALHO; TREVISAN, 2019), também resultado dos esforços dirigidos para a ocupação extensiva do território por meio de um planejamento regional de grande abrangência, e indicativo das relações existentes entre a construção de infraestruturas e de cidades com a ocupação de terras no meio rural.

Prosseguimos, então, com a compreensão de Ariquemes enquanto cidade nova, ainda no momento de sua gênese, onde se investigam os atributos inerentes à sua existência e presentes nos meios urbanos de mesma tipologia.

2. A Nova Ariquemes

A ideia da construção de novas centralidades urbanas no Território de Rondônia partia de ações governamentais, a nível da União, com a intenção de construir cidades de porte médio. De acordo com Carpintero, o planejamento regional previa a consolidação de Porto Velho como principal cidade da região, seguida pela Vila Rondônia (renomeada Ji-Paraná em 1977 após sua emancipação) e então pelas cidades de porte médio: Ariquemes, Vilhena e Guarajá Mirim. É

interessante observar que esses núcleos se desenvolveram numa ordem muito parecida com a proposta governamental, em especial quando se observa que em número de habitantes (estimativa IBGE de 2021), a ordem Porto Velho (548.952), Ji-Paraná (131.026), Ariquemes (111.148) e Vilhena (104.517) se mantém preservada até os dias atuais.

A escolha do sítio para a implantação da Nova Ariquemes tomou como referência, além da posição estratégica para a colonização agrícola, a proximidade a um vilarejo já existente, nomeado Ariquemes e posicionado no Vale do Rio Jamari. Foi um ocupação iniciada em torno de 1909 com a construção de linhas telegráficas entre Cuiabá e Manaus, passando pelo sudoeste do Amazonas, pela comissão chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon (MACIEL, 1999) e que na década de 1970 possuía cerca de 1.500 habitantes. Dessa maneira, haviam na região o vilarejo, o Rio Jamari, a rede de comunicação, duas rodovias e a Floresta Amazônica, conjunto de elementos que viria a se diversificar bastante com a chegada dos 20.000 colonos e a construção de uma cidade nova em dimensões muito superiores as do vilarejo.

O início das atuações do Incra na região, então ocupada pelo município de Ariquemes³, surgiu com a implementação do PAD Burareiro em 1974, cujo foco residia na distribuição de terras para o cultivo de cacau e onde foram assentadas 1.536 famílias. Também estava previsto o início do PAD Marechal Dutra para o plantio de café, que veio a acontecer em 1978 (CORDEIRO, 2015). Na figura 1 é possível observar a distribuição de PADs pelo estado de Rondônia, inclusive a abrangência dos projetos supracitados.

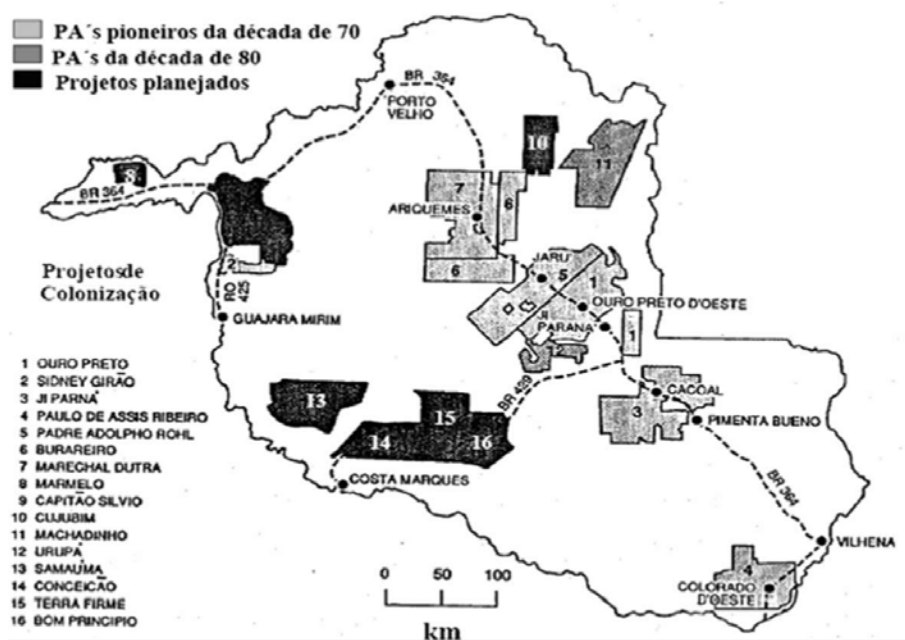


Figura 1. Distribuição dos Projetos de Assentamento Dirigido em Rondônia. (fonte: VIRGULINO, 2008).

Com a previsão da chegada dos novos moradores para o município e associado ao planejamento regional de dinamização da rede urbana no norte brasileiro, tornou-se necessária a implementação de uma cidade nova a fim de consolidar

³ Os atuais municípios de Cacaúlândia, Rio Crespo, Alto Paraíso, Vale do Anari, Machadinho do Oeste, Montenegro, Campo Novo de Rondônia, Theobroma e Ariquemes eram todos parte do território inicial de Ariquemes (CORDEIRO, 2015).

a ocupação e colonização da região. O processo teve início com o convite do Capitão Sílvio Gonçalves de Faria, superintendente do Incra, ao prefeito de Porto Velho e arquiteto Antonio Carlos Carpintero de projetar o núcleo da Nova Ariquemes (HOLANDA, 2017). É importante ressaltar que tanto Carpintero como diversos outros relatos sobre a década de 1970 no Território de Rondônia reforçam a força do Incra como órgão governamental responsável pelas ações de impacto na região.

O processo de planejamento, projeto e construção da cidade aconteceu de maneira muito rápida. De acordo com Carpintero, o início do projeto Burareiro tornava urgente a construção da cidade pois os colonos iriam chegar em pouquíssimo tempo e o núcleo original não poderia suportar a quantidade de colonos que iria entrar na região. Esse fato é evidenciado pela própria documentação histórica sobre a região, pois a desapropriação da região do PAD Burareiro data de 23 de janeiro de 1975 e em fevereiro de 1976 o jornal “Alto Madeira” já noticiava a construção da cidade sob o título de “Nova Ariquemes está nascendo” (figura 2).



Figura 2. Trecho do jornal “Alto Madeira” de 24 de fevereiro de 1976, n. 12348 (fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

A escolha de Carpintero como responsável pelo projeto de Ariquemes partiu não somente das relações já estabelecidas entre ele e o Incra, já que ele ocupava a função de prefeito de Porto Velho, mas também pela própria atuação dele como arquiteto no estado. Desde a formatura pela UnB em 1970, Carpintero já desejava trabalhar na região Norte do país e entre 1971 e 1972 teve uma passagem por Rondônia, trabalhando em parceria com os órgãos municipais de Porto Velho e sendo, por um período de tempo, o único arquiteto na região. Nessa época ele concebeu alguns projetos com uma biblioteca numa escola primária e um mercado (não executado). Em 1975 retornou como prefeito nomeado para a cidade, cargo escolhido pelo governador do Território durante da década de 1970. Carpintero também relata que participou de diversas tomadas de decisão a nível urbanístico durante suas estadas em Rondônia.

O convite do Capitão Sílvio Gonçalves a Carpintero já trazia uma proposta de sítio para a implantação da Nova Ariquemes, incluindo um levantamento topográfico por aerofotogrametria já executado. A questão da topografia e a disposição pré existente de rodovias influenciou fortemente a posição escolhida para o núcleo urbano, que não poderia ser uma expansão direta do núcleo antigo, com a nova cidade sendo construída a norte e após a BR-364. Carpintero também comenta que, apesar de à época não existirem instruções claras visando a preservação do meio ambiente e as ideias de sustentabilidade estarem em seus momentos iniciais de delineamento, ainda não sendo tão difundidas na

produção urbanística brasileira, ele teve o cuidado de afastar o meio urbano das nascentes, evitando a sobreposição dos corpos d'água com a malha urbana.

Houve uma série de particularidades no projeto de Ariquemes. Carpintero define o processo de concepção como “uma questão de urgência”, e foi justamente por causa disso que não havia tempo de se alongar sobre as decisões. Ele informou que ele fez uma série de “rabiscos” explicando o partido urbanístico e a forma de ocupação da cidade e passou para José Mesch, também arquiteto formado pela UnB e que prosseguiu com os desenhos técnicos, fazendo uma espécie de “estudo preliminar executivo”, nas palavras do próprio Carpintero⁴, a ser executado pelo governo do Território de Rondônia. Assim, houve um projeto que se apoiou muito mais nas instruções verbais e práticas do que nos processos tradicionais de representação.

Philippe Panerai (2006, p. 60) nos informa que “fisicamente, o crescimento das cidades parece ser regulado pela relação entre dois tipos de elementos: aqueles que organizam a expansão (linhas e pólos) e aqueles que a contém (barreiras e limites)”. Nesse sentido, torna-se esclarecedor investigar no projeto de Ariquemes os seus eixos estruturadores e suas barreiras à expansão urbana. O novo núcleo urbano foi então posicionado a leste da BR-364 e a norte de uma estrada que seguia para o povoado de Machadinho (hoje a RO-257), os principais limites à expansão urbana de Ariquemes. A preocupação inicial de Carpintero era de evitar o crescimento da cidade ao longo da rodovia, e para isso começou com uma reestruturação da estrada de Machadinho a partir do redimensionamento e acréscimo de faixas viárias. Também implementou duas vias paralelas a cerca de 2,5 km da BR que funcionam como eixo estruturador do meio urbano. Essas avenidas delimitam o Setor Institucional da cidade, que conta com uma forma de ocupação diferenciada, predominância de espaços não construídos e constituem uma paisagem diferente em meio ao traçado urbano da cidade (figura 3).

⁴ Durante a década de 1970 houve a participação de vários arquitetos formados na FAU-UnB no território de Rondônia. Além de Carpintero e Mesch, podem ser citados Jaime Almeida, Luís Fernando Lafetat e Luís Carlos Costa e Silva.



Figura 3. Mapa da cidade de Ariquemes. (fonte: elaborado pelo autor com base em dados do Google Maps e do OpenStreetMap).

Perpendicularmente ao Setor Institucional, partem as vias coletoras que delimitam os bairros de Ariquemes, sendo originalmente chamados de Setores, com a maioria dos comércios e serviços próximos ao Setor Institucional. As quadras tem formato retangular e são dispostas sequencialmente como uma trama regular. Carpintero comenta que na concepção inicial não haviam determinações quanto ao gabarito e à forma das edificações, ele apenas determinou a distribuição nos lotes da cisterna na frente e a fossa nos fundos, evitando os problemas de contaminação que existiam em outras colônias do Inkra, nas quais cada proprietário decidia a posição arbitrariamente. No Setor 1, que teve a participação mais ativa de Carpintero, ele deixou um espaço entre os fundos de lote para o acesso da companhia de esgoto, facilitando a implementação e a manutenção desse sistema infraestrutural. Já os setores seguintes foram trabalhados por outros profissionais posteriormente, de acordo com a demanda demográfica da cidade. Enquanto isso, a área mais próxima à BR-364 foi reservada para o Setor de Indústrias e para equipamentos que ocupam grandes áreas, evitando-se assim que a cidade ocupasse a rodovia como uma centralidade.



Figura 4. Diagrama de composição da forma de Ariquemes segundo seu eixo regulador e seus limites. (fonte: elaborado pelo autor, 2022).

Em menos de dois anos após o início da construção de Ariquemes, o município foi emancipado e inaugurado em 11 de outubro de 1977 através da Lei nº 6.448. Era o início da etapa final na fundação da cidade no seu momento de gênese, que teve início com a retirada da mata e preparação do terreno e se conclui com a chegada dos moradores e a consolidação da área enquanto núcleo urbano. Hoje em dia, 45 anos após a fundação de Ariquemes, a cidade desponta como uma das principais cidades no atual estado de Rondônia e é peça chave na rede urbana do Norte brasileiro. Além do primeiro setor, projetado por Carpintero, mais 11 foram criados e novos bairros seguem sendo construídos com a demanda fundiária crescente, inclusive levando à ocupação para além do limite sul da RO-257.



Figura 5. Evolução urbana de Ariquemes em 1975, 1985, 2000 e 2020. (fonte: Google Earth).

3. Cidade, arquiteto e paisagem

Retomando o pensamento de Anne Cauquelin (2007), temos que a paisagem é um recurso aplicado na apreensão do espaço pelos sentidos. Visualmente, a paisagem surge num diálogo entre a diversidade de elementos observados e numa consequente interpretação dessa ordem por um observador. Temos, então, que a presença do observador e a sua própria subjetividade é intrínseca ao ato de pensar uma paisagem, e que ao entender um espaço sob esse aspecto, é necessário compreender também quem está observando.

Em diversos estudos sobre a paisagem, nos deparamos com uma análise sob a interpretação de um artista e a forma como ele representa uma cena. O artista é, então, tanto aquele que contempla como aquele que compõe, e posteriormente nos apresenta, uma determinada paisagem. Mas para além das representações literárias e pictóricas, a composição da paisagem também pode se dar a um nível espacial, com a composição de espacialidades a serem contempladas e vivenciadas. Essa lógica é facilmente percebida no paisagismo, que traz a ideia de paisagem inclusive no nome dado à prática e que se trata, usualmente, do uso de elementos da natureza para a composição de cenas jardínísticas. Mas também podemos interpretar a própria cidade segundo o conceito de paisagem, pois ela é em si um objeto a ser interpretado e contemplado em sua diversidade de dinâmicas. É nesse sentido que James Corner (2014, p. 10) nos informa que “as geometrias e entidades que moldam a

cidade funcionam muito como uma paisagem, canalizando fluxos e energia, conectando e dispersando, expandindo e contraindo com vários graus de fixidez e abertura ao longo do tempo”⁵.

Dessa maneira, temos nos arquitetos e urbanistas, ou até mesmo em outros profissionais responsáveis pelo projeto e planejamento de cidades, agentes que compõem a paisagem. Essa atitude é percebida no discurso de Carpintero ao nos informar as suas intenções quanto à ordem pensada para o meio urbano e à distribuição dos elementos urbanos. É, tendo em vista a experiência prática da vida urbana, e inserida nisso a vivência fenomenológica da paisagem, que se distancia o centro urbano de ambas as rodovias, evitando a barreira espacial causada por elas e a ruptura na construção de uma urbanidade que pudesse surgir ao longo desses elementos infraestruturais. Foi justamente nesse sentido que Carpintero nos informou, em entrevista, que “se você deixar a cidade, a cidade fica em volta da estrada, e isso não pode acontecer”.

Também é de maneira intencional e com vista às diferentes vivências urbanas que se distingue a própria morfologia de Ariquemes nos setores habitacionais e no Setor Institucional. A baixa densidade construtiva, a presença intensa de vegetação e as vias mais largas do Setor Institucional já apresentam ao passante a ideia de importância dessa região quando comparada às outras, além de fornecer um forte ponto de referência justamente por se distinguir visualmente do restante da cidade (figura 6).

Por fim, cita-se a própria flexibilidade do projeto de Ariquemes, cuja malha inicial permitia uma grande variedade de formas de ocupação e uma adequação da cidade às necessidades futuras. Essa construção da cidade a partir de diretrizes iniciais de ocupação tendo como referência um eixo regulador e os limites rodoviários vai de encontro com a descrição de Corner (2016, p. 30) ⁶ de que “ao contrário da arquitetura, que consome o potencial de um local em um projeto, a infraestrutura urbana planta as sementes da possibilidade futura, preparando o terreno para a incerteza e a promessa”. Desse modo, temos que a própria forma como a cidade foi concebida, influenciada em especial pela urgência do processo de concepção, abriu espaço para uma paisagem dinâmica e para diversos percursos possíveis, de maneira que a Ariquemes que vemos hoje é concebida por Antonio Carpintero e construída pelos diversos moradores que lá viveram nos últimos 45 anos.

⁵ Tradução nossa: “*the geometries and entities that shape the city function much like a landscape, channeling flows and energy, connecting and dispersing, and expanding and contracting with varying degrees of fixity and open-endedness over time*”.

⁶ Tradução nossa: “*Unlike architecture, which consumes the potential of a site in order to project, urban infrastructure sows the seeds of future possibility, staging the ground for both uncertainty and promise.*”

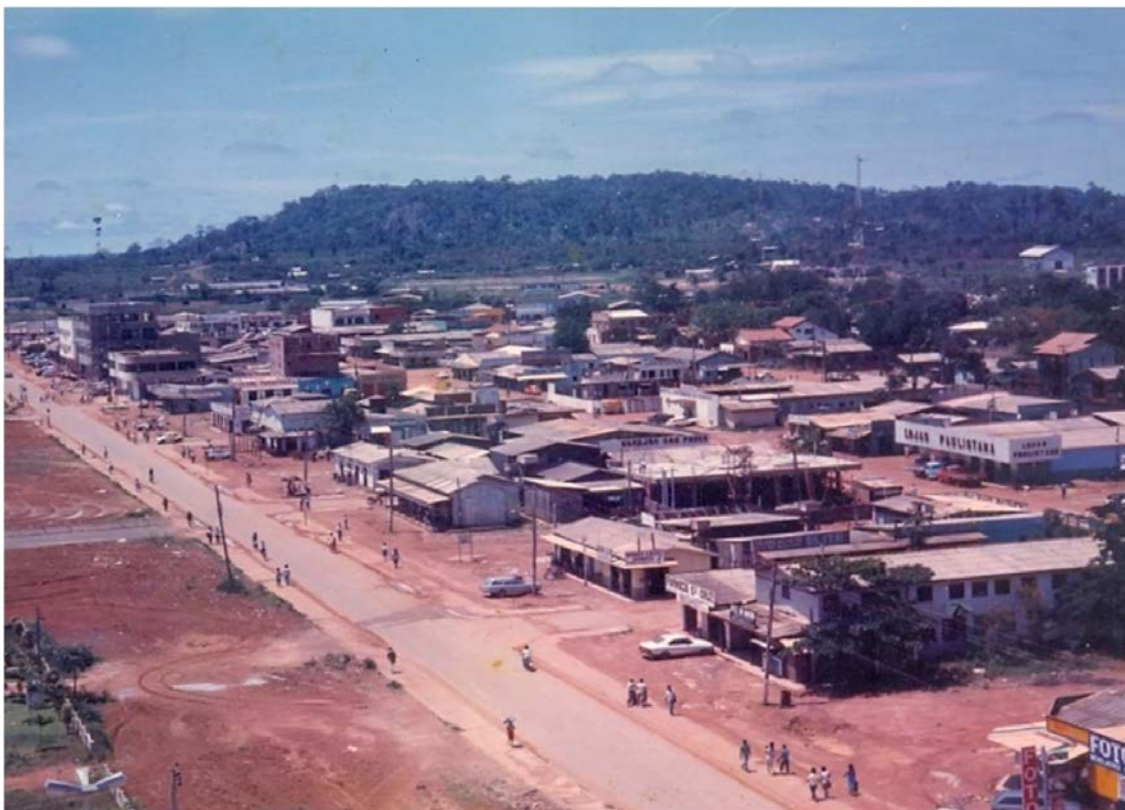


Figura 6. Avenida do Setor Institucional em Ariquemes, anos 1980. (fonte: Câmara Municipal de Ariquemes).

Conclusão

O processo de construção de uma cidade nova é, em si, um rearranjo de elementos para a construção de uma nova paisagem. O papel do profissional é fundamental nesse processo pois é justamente a partir das decisões dele que a cidade será moldada e que as relações entre os elementos urbanos são estabelecidas. Ao entender as decisões do arquiteto e a partir da coleta de relatos, é possível atingir novas compreensões sobre a história da cidade e sobre a

forma como ela é construída, tanto espacial quanto historicamente.

No caso de Ariquemes, estabelecemos a partir desse estudo uma narrativa que a inclui enquanto cidade nova, cuja função é de colonização agrícola, encomendada pelo Incra a Antonio Carpintero, construída às margens do Rio Jamari e das rodovias BR-364 e RO-257, com seu Setor Institucional e outros 12 setores distribuídos em quadras organizadas ortogonalmente e inaugurada em 1977. É uma cidade que se insere tanto numa construção política do contexto da Ditadura Militar, cujo projeto desenvolvimentista previa a construção de cidades e a expansão da fronteira agrícola no estado de Rondônia, como num sentido de construção de uma rede regional de cidades médias, em diálogo com outros núcleos urbanos que também vieram a ser expandidos posteriormente.

A atuação de Carpintero denota uma compreensão das potencialidades da região e uma tomada de decisões extremamente consciente, de maneira a tirar partido do sítio e de construir diferentes espacialidades no meio urbano, adequadas às diferentes vivências do meio urbano que viriam a se consolidar. É justamente o olhar de Carpintero que tomamos como ponto de partida para a investigação dessa paisagem e que procuramos estabelecer algumas das

possíveis relações entre os elementos urbanos, infraestruturais e naturais que são postos em diálogo na Nova Ariquemes.

Quanto aos estudos sobre a história de Ariquemes, estudos posteriores com acesso à documentações presentes em arquivos municipais podem esclarecer mais detalhes sobre a construção da cidade, e certamente entrevistas com outros profissionais envolvidos no processo de planejamento e construção, bem como com moradores da cidade, podem agregar mais detalhes sobre a criação da cidade. Já no que se refere à interpretação de meios urbanos segundo o conceito da paisagem, as possibilidades são diversas e quando se alia a análise histórica com o discurso profissional, expande-se a construção da narrativa e amalgama-se novos elementos às reflexões sobre a cidade.

Referências

CORNER, James; HIRSCH, Alison Bick (orgs.). **The landscape imagination: collected essays of James Corner 1990-2010**. New York: Princeton Architectural Press, 2014.

CORNER, James. Terra Fluxos. In: WALDHEIM, Charles (org.). **The Landscape Urbanism Reader**. New York: Princeton Architectural Press, 2016. p. 20-33.

CORDEIRO, Manuela. Marechais e Burareiros: Projetos de Colonização na Amazônia Ocidental. **Textos&Debates**, Boa Vista, n. 25, p. 63-78, 2015.

CORDEIRO, Manuela. Pioneiros, fundadores e aventureiros – a ocupação de terras em Rondônia. **Revista antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 125-146, 2018.

FIALHO, Átila Rezende; TREVISAN, Ricardo. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal: ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 18., 2019, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUR; UFRN, 2019.

HOLANDA, Diêgo. Autor do plano urbanístico de Ariquemes, arquiteto revela detalhes da concepção do projeto. **G1 Ariquemes e Vale do Jamari**. 2017. Disponível em <g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/autor-do-plano-urbanistico-de-ariquemes-arquiteto-revela-detalhes-da-concepcao-do-projeto.ghtml>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

MACIEL, Laura. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. **Espaço e Cultura**, v. 18, p. 167-189, jan/jun 1999.

MORAES, Elba. **Projeto de Assentamento Dirigido Anauá e suas implicações socioambientais no sul do Estado de Roraima**. 2009. Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia; Universidade Federal de Roraima, Porto Alegre, 2009.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora UnB, 2006.

REGO, Renato Leão. A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 17, n. 1, p. 89-103, abr. 2015.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. **Revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB**, Brasília, v. IV, n. 2, p. 103-116, jul/dez 1989.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. Brasília: Editora UnB, 2020.

VIRGULINO, Amarildo P. **Gestão integrada sustentada de sistemas agroflorestais com Cacaueiro**: Um Estudo do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2008.